

AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS SOBRE O GÊNERO FEMININO E SUA RELAÇÃO COM A MATERNIDADE COMPULSÓRIA

Kelly de Lemos¹
Maria do Carmo Gonçalo Santos²

Resumo

A luta das mulheres pela liberdade sempre existiu e os movimentos organizados pela conquista de direitos configuraram-se nos movimentos feministas. Uma das pautas presente nas questões feministas e de gênero diz respeito à maternidade. A pesquisa possui como principal objetivo analisar as construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória. A pesquisa, do tipo exploratória, conta com a abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2009) contempla um universo vasto, constituído de valores, crenças, concepções dentre outros elementos que são construídos pelos sujeitos. A pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) possibilitou a realização da investigação, a partir de material publicado. Para analisar os dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise, que possibilita identificar o conteúdo latente da comunicação. A pesquisa aponta que o determinismo biológico deu origem à construção dos estereótipos maternais para o gênero feminino. Graças às abordagens teóricas e os movimentos sociais, houve problematizações sobre o campo do gênero, posteriormente, com a pluralização do mesmo, abriu espaço para a conquista da diversidade de identidades. Portanto, as ideias maternais, apoiadas no determinismo biológico, que impõem um padrão universal de mulher, passam a ser problematizadas.

Palavras-chave: Gênero. Maternidade Compulsória. Feminismos.

1 INTRODUÇÃO

O determinismo biológico, traz a ideia de uma natureza vinculada ao sujeito antes mesmo do seu nascimento, nessa óptica, os gêneros masculino e feminino possuem uma configuração predeterminada. A associação do feminino à reprodução, atribui para as mulheres estereótipos femininos, tais como: procriadora, cuidadora e doméstica, naturalizados através de arranjos sociais.

As produções sociais construídas sobre o feminino, geralmente, impõem às mulheres, uma ideia de que todas desejamos, podemos e devemos ser mães, como algo predeterminado pela condição de “ser mulher”, ou seja, a maternidade compulsória. A partir dessa lógica, temos nossas identidades, espaços, tempos e histórias desenhadas dentro de um modelo de mulher, que nos tolhe, nos agride e violenta.

¹ Estudante do curso Licenciatura em Pedagogia Universidade Federal de Pernambuco CAA
cfs.ufpe@gmail.com

² Orientadora: Professora/Doutora do Núcleo de Formação Docente UFPE- CAA, Curso de Pedagogia. Membro da Cátedra Paulo Freire- UFPE- CE.

A inquietação acerca da maternidade compulsória gerou o nosso interesse em pesquisar as construções de gênero relativas a essa cobrança para as mulheres.

Diante disso, nos inquieta saber quais as construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória?

Essa problemática está orientada pelo objetivo de: Analisar as construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória, desdobrado em objetivos específicos, que são: Investigar os estereótipos de gênero, construídos para as mulheres. Compreender as construções sociais de gênero acerca da maternidade compulsória. Investigar as reconfigurações de gênero acerca da maternidade compulsória.

A vivência da maternidade não é inata ao feminino, pois a condição humana demanda o cuidado, que não se limita ao feminino. Desse modo, os homens também podem desenvolver a maternidade e nem toda mulher deseja ser mãe.

A maternidade compulsória se apresenta como principal função da mulher, vinculando a imagem feminina a uma condição de mãe. Ficando as mulheres resguardadas, as tarefas do cuidado. Esse conceito, atribuído ao feminino, por uma herança patriarcal, que ainda nos dias atuais, perdura e se enraíza de várias formas nas diversas culturas. Segundo Souza et al (2011). “Frente a realidade da maternidade socialmente compulsória, em que é negado à mulher o seu direito à livre escolha sobre o próprio corpo, e, por conseguinte, sobre sua própria vida” (SOUZA et al., 2011, p. 3).

Através dos movimentos e estudos feministas constituiu-se o campo de estudos de gênero, contraposto ao determinismo biológico do paradigma naturalista.

A intenção em saber das produções acerca da maternidade compulsória levou-nos a realizar o estudo exploratório na biblioteca da UFPE/CAA, a partir das palavras-chave “Gênero” e “Maternidade”.

Através da pesquisa realizada no repositório digital da UFPE/CAA, entre os anos de 2016-2021, encontramos três Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs), em formato de Monografia, que se aproximam do nosso objeto. Eles possuem as seguintes temáticas: “Quando o professor dos anos iniciais é um homem: Identidade, masculinidades e docência em escolas da Rede Municipal de Caruaru- PE”, ano 2017. Um outro tema acerca do gênero: “Debates sobre gênero: Olhares acerca do trabalho docente em escolas de ensino fundamental Caruaru-PE” ano 2016. Destacamos o trabalho: “O poder de persistência de mulheres-mães-

universitárias no cursar Pedagogia na UFPE-CAA”,³ ano 2022 que chamou nossa atenção pela proximidade com a nossa temática. A pesquisa aborda a persistência das mulheres no curso de pedagogia, em meio às cobranças decorrentes da maternidade.

O estudo exploratório no repositório digital UFPE/CAA sobre a maternidade compulsória, nos possibilitou enveredar trabalhos acerca do nosso objeto, tendo em vista envolvimento e interesse pela temática, devido à nossa condição de mulher, inquieta com as cobranças sociais. Também, pela emergência das discussões de gênero e necessidade de pesquisas sobre essa temática específica.

Pensamos que a presente pesquisa pode vir a contribuir como uma síntese de reflexões acerca da relação entre as construções de gênero e a maternidade compulsória, em vista da ressignificação dos discursos e práticas acerca da condição do feminino na sociedade.

O artigo inicia tratando dos movimentos feministas e da pluralidade das construções sociais de gênero, a fim de fundamentar a discussão acerca da maternidade compulsória. Em seguida, apresenta a metodologia da pesquisa, situando as abordagens, contexto e procedimentos utilizados na investigação. A análise de dados revela as construções sociais de gênero, os estereótipos de gênero e a maternidade compulsória, que possibilitam tecer considerações acerca da pesquisa.

A investigação aponta que os trabalhos situam gênero, enquanto construção social, fundada em determinismo biológico, padrões binários e estereótipos de gênero. Dentre eles, a dimensão do cuidado e da maternidade estão vinculados às mulheres. Entretanto, há possibilidades de desconstruções desses padrões e estereótipos, a partir das produções que abordam gênero numa perspectiva plural e dos movimentos de resistências.

2 DISCURSÃO TEÓRICA

2.1 Os Movimentos Feministas

Os movimentos feministas surgiram para militar contra a opressão do sistema hierárquico masculino. Prezavam pela autonomia feminina e igualdade nas relações entre o masculino/feminino. Segundo Oliveira e Silvino (2018, p. 5):

³ ASSUNÇÃO. M.L.M. O poder de persistência de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPECAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar.2021. <https://repositório.u.br/handle/123456789/42741>

Desde o século XVIII, no processo da Revolução Francesa as mulheres viram uma possibilidade de se organizarem coletivamente na luta a dominação masculina. Com diferentes formas de vivências e experiências, as mobilizações começaram em torno da reivindicação de igualdade, dando início a ação militante feminista. É graças a essas conquistas, que vem ocorrendo uma transformação na vida das mulheres. Dessa forma, surge o movimento social feminista.

A sociedade possuía uma estrutura social política sustentada pelo poder autocrático masculino. Neste caso, o feminino não tinha alguma participação em cargos públicos ou profissões, as mulheres eram exclusas de qualquer representatividade no âmbito social. O recinto doméstico era o único espaço considerado apto ao gênero feminino. A primeira fase do movimento, ficou conhecida pela militância sufragista. Os interesses ao voto e educação, partiam das reivindicações voltadas às mulheres brancas de classe alta da sociedade. A maioria das mulheres não tinha acesso à educação, sendo grande parte analfabeta. O seu intuito maior, oportunizar a mulher assim como homem, a ter acesso ao espaço público, militando por direitos sociais como cargos públicos e acesso as profissões. Visavam uma maior participação das mulheres no atual cenário social. Até então, predominante masculino.

Segundo Louro (1997, p. 141): “será no desdobramento da assim chamada ‘segunda onda’ – aquela que se inicia no final da década de 1960- que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas” A segunda fase do movimento dá continuidade às ideias feministas do movimento anterior, politizando acerca da posição hierárquica feminina, com o lema: pessoal e político, questiona a ausência feminina no meio social, e problematiza situações vivenciadas pelo feminino ligadas ao doméstico. Entre estas, discursos acerca dos estereótipos maternais femininos, contribuintes para a submissão da mulher. Ao naturalizar o feminino a maternidade, submete a esta, um lugar pré-determinado de mãe. Segundo Souza et al (2019, p. 2). “O exercício da maternidade apresenta-se então como umas das principais funções da mulher”, ocasionando a imagem das mulheres, características de amável, dedicada, protetora etc. Reforçando a figura materna para as mulheres, pois a compreensão que socialmente se produz sobre as mesmas é que, o feminino é o gênero ideal, e também o responsável para executar as tarefas maternais. Segundo Souza (2019 et al., 2019, p. 2):

Com o resultado dessa maternidade compulsória nos deparamos com uma quantidade alarmante de mulheres e sofrimento. Aquelas acometidas pela infertilidade, frequentemente, vivenciam o estigma social, visto que o padrão

familiar aceito é aquele descrito como triangular, composto por pai, mãe e filho (a), como resultado, a infertilidade é encarada como um problema.

As mulheres que são inférteis ou decidem não optar pela maternidade são suscetíveis aos discursos preconceituosos estas com útero, pois o sinônimo de família na concepção social era a formação triangular, caso a mulher casada não desfrutasse desta, não se firmaria esse ideário de família pai, mãe, filho. As mulheres que não seguissem este modelo eram vinculadas a uma imagem de esposa fora do padrão socialmente idealizado ou esperado, já que as mulheres inférteis não poderiam conceber um filho aos seus maridos.

Conceituações como essas acerca do feminino, faz com que a militância feminista tenha como enfoque o biológico. Dando impulso as construções teóricas. A substituição do termo sexismo por gênero, viria a fim desse propósito, desnaturalizar o conceito de essência, que vinculava o gênero feminino a maternidade. De acordo com Andrade (2011, p. 103-104):

Com o surgimento da segunda fase do feminismo é possível compreender o que motivou as/os feministas na luta contra o “sexismo” de base biológica. O movimento da ciência em busca de explicações biológicas para as diferenças entre homens e mulheres através da genética molecular e da sociobiologia direcionou o movimento feminista a um processo de luta contra a percepção essencialista de tais diferenças, agora geneticamente e evolutivamente naturalizados.

Os estudos no ramo das ciências sociais sobre a genética, voltados para a evolução da espécie humana, fundamentavam-se na ideia de diferenciar o homem e a mulher pela capacidade, habilidade, intelectualidade. De acordo Andrade (2011, p. 100):

Ideias que sustentam a manutenção do discurso essencialista sobre as diferenças entre homens e mulheres ganham força na medida em que são estabelecidas relações entre a dita natureza feminina e masculina com os aspectos biológicos que supostamente determinam inclusive comportamentos e habilidades cognitivas próprias do homem e da mulher.

Hipoteticamente formulavam teorias conceituadas nas distinções sexuais entre o feminino e o masculino, que levavam ao masculino sempre a vantagem, e o feminino a uma submissão. Por exemplo, nas distinções físicas era considerado que a mulher teria uma força corporal inferior ao homem, ou cognitivas, medindo a inteligência do feminino e masculino pelo tamanho do crânio. Deste jeito, iniciavam-se os discursos ideológicos, rotulando a imagem feminina, e a concebendo como inferior. Por essa razão, o biológico era visto pelo movimento

feminista da segunda onda, como ponto de partida para a opressão feminina. Pois, além de naturalizar o feminino ao biológico, este tornava a posição do feminino inferior.

A ótica materna era compreendida para o movimento feminista da segunda onda como uma imposição social, ao exigir do feminino uma condição materna. Até mesmo a construção de discursos que enalteciam o gênero feminino por ser destinado a função maternal. De acordo Scavone (2001, p. 53): “as posições das mulheres sobre a maternidade se situam num contínuo entre dois polos: um, no qual, a condição materna é vista como exasperante, exigente ou mesmo destruidora; o outro, na qual ela é apresentada como única, rica e insubstituível”.

Os discursos ideológicos submetiam a mulher uma condição materna sublime e venerável, como amorosa protetora, sublime. No entanto, a figura da mulher viria atrelar-se a uma condição social imposta socialmente. Seu papel enquanto mulher já estaria determinado a reprodução e o cuidado. Em consequência disso, o gênero feminino viria ocupar seu “lugar” construído socialmente acerca da maternidade compulsória. De acordo com Souza et al. (2011): “em contraponto cabe a mulher somente a vivência da maternidade compulsória. No entanto, não se percebe que a responsabilidade pela criação dos filhos e do cuidado com a casa, quase que exclusiva das mulheres, resultou na restrição de muitas delas no espaço privado”.

Para as feministas, a maternidade desencadeava no aprisionamento feminino ao privado. Dificultando sua visibilidade como cidadãs sociais, reconhecidas como sujeitas ativas em sociedade. Afirmavam que ao longo do percurso histórico, as mulheres foram esquecidas obtendo um espaço segregado por via de um poder universal masculino. Embora, tenham participado da história com conhecimentos, capacidades, ofícios, mesmo assim, ainda se vinculavam a maternidade. As teorias passam a ter foco em explicações das origens da submissão feminina ao longo da historicidade, as mulheres questionam a falta de seu protagonismo e buscam a literatura.

É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (LOURO, 1997, p. 16).

É por meio literário que surgem os estudos para as mulheres em que o gênero feminino chega a fundar revistas e publicar livros. Denunciando a ausência feminina em muitas áreas de conhecimento ciência, artes, economia e outros. Manifestando-se por diferentes perspectivas de

análise, entre estas, daremos destaque a divisão social do trabalho, com a chegada do período capitalista.

As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. (leia-se também como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade (SCAVONE, 2001, p. 49).

A classe trabalhadora operária feminina reivindicava em suas marchas por melhorias: nas condições do ambiente de trabalho e remuneração. Também, a sobrecarga feminina ocasionando a dupla jornada de trabalho.

As problematizações ocorriam frente as demandas de cada grupo. Havia aqueles que abordava o assédio sexual, preconceito com a cor da pele, e as opressões sofridas pelos sujeitos que não se encaixavam no padrão heterossexista etc. Situações variadas dentro das relações sociais, mas, que eram enfrentadas por causas peculiares diante dos vários perfis femininos. De acordo com Oliveira e Silvino (2018, p. 7):

É visível a existência da diversidade de integrantes que compõem o coletivo, representa às várias camadas e seguimentos sociais, trazendo ainda os recortes de classe, representando mulheres trabalhadoras, estudantes, visibiliza a identidade negra das participantes, relacionando com a questão de etnia. Lutando enquanto militantes, contra as diferentes dominações no combate as discriminações, preconceitos, explorações sejam do sexo, classe, raça/etnia.

Seguindo a linha do pensamento das autoras, o movimento feminista militava no coletivo. Entretanto, possuindo lutas individuais. Nos fazendo chegar a tal compreensão: nem todo processo desigual sofrido pelas mulheres é oriundo do sexo. Deste modo, as desigualdades nas relações não partiam unicamente do binarismo.

Deste modo conclui-se que através do gênero são estabelecidos significados para as diferenças corporais a partir de uma interpretação múltipla que envolve um amplo espectro de contextos discursivos. A discussão sobre sexo e gênero até o momento realizada, aponta para a ideia de que sexo e gênero não devem ser separados numa relação dicotômica, pois tal distinção impossibilita a interpretação do caráter relacional de gênero. Além disso, a ideia de que gênero se sobrepõe na estrutura física do corpo ou sexo atribui o caráter de “essência” ao gênero, o que torna possível a naturalização das diferenças entre homens e mulheres (ANDRADE, 2011, p. 109-110).

Para a autora, a binaridade não permite explicar outros tipos de ações desiguais que concerne o gênero, por estar aprisionado a uma construção social fixa em torno do sexo. Ao sustentar o conceito de essência, a abordagem se atém a uma produção teórica universal. Insuficiente, para explicar dentro das relações, as divergências sociais acerca do gênero. Pois, as construções sobre o corpo não são pensadas igualmente dentro das demais vias de relações. Ao nos ancorar sob essa perspectiva, percebemos que as produções, significações acerca do gênero nas relações entre os sujeitos se dão de maneira distinta, logo as interpretações acerca do mesmo se dão além da naturalização, a partir do que os sujeitos vão construindo. Pelo viés dessas transformações perpassadas pelo gênero, é por essas mudanças sofridas por este, que a configuração do gênero passa a ser pensada fora de uma padronização. E a partir das ressignificações acerca do que foi construído, como os sujeitos se percebem, relacionam-se. Também, as influências de uma série de elementos étnicos, culturais, religiosos etc.

E é por meio dessa ótica que o movimento feminista da terceira onda se atenta em seus estudos acerca do gênero e sua diversidade.

2.2 A pluralidade do gênero feminino e as diversas mulheres

As relações entre os sujeitos se efetuam no meio social, é a partir destas que se constroem símbolos, valores, concepções e outros pelos sujeitos. Desta forma, os estudos teóricos desfocam-se da universalidade do gênero e vão investigar na interatividade, comunicações, as construções acerca do mesmo. De acordo com Bento (2015, p. 59):

Na nova abordagem percebeu-se que não é possível entender as ações dos agentes sociais a partir dos dados biológicos. “Ser homem” ou “ser mulher” é fruto das construções sociais. A forma como se processa a leitura da estrutura corpórea varia de acordo com as culturas e, mesmo dentro de uma mesma cultura, podem-se ter múltiplas identidades do gênero masculino e do gênero feminino, daí a pouca importância que a dimensão natural tem para explicar as múltiplas configurações de gênero. O corpo já nasce imerso em determinadas relações de gênero.

É na terceira onda do movimento feminista que vem o conceito de pluralidade do gênero. Percebendo que seria impossível a compreensão das construções sobre o corpo somente pelo biológico, este que já se atém a uma determinação existente: os pares binários homem/mulher. Impossibilitando entender que o gênero é constituído por uma multiplicidade de perfis femininos e masculinos. Percebidos de formas diferentes pelas culturas.

No entanto, a compreensão de que as relações vão para além dos pares binários, envolvem identidades/identificações plurais, orientações sexuais dinâmicas e instáveis, também situa o trabalho da tendência plural. Essa tendência avança em relação às anteriores porque considera que a diferença é em relação às potencialidades humanas de se descobrir, construir e se reconstruir e não ao construto cultural fundado no sexo biológico. Além disso, essa tendência possibilita evidenciar as desigualdades que as pessoas homossexuais, bissexuais, intersexo e trans sofre cotidianamente e são invisibilizadas nas tendências anteriores porque estão presas ao referente heterossexual e aos pares binários (SANTOS, 2016, p. 57).

A tendência plural abre espaço para a construção do processo identitário dos sujeitos, contemplando em seus estudos sobre gênero, possibilidades identitárias, que autora chama de identidade, e, identificações, que seriam as nuances importantes e peculiares vão dando sentidos às vidas dos sujeitos. A tendência plural dá início aos estudos que diz respeito a classe raça/etnia. Um grande passo nos estudos sobre o campo do gênero, movidos agora por um olhar múltiplo. De acordo com Bento (2015, p. 60): “outras variáveis sociais são consideradas além do gênero: classe, orientação sexual, geração, raça/etnia. Elas vão se cruzar para constituir a multiplicidade dos gêneros”. A perspectiva do gênero plural, corresponde as várias formas existentes nos gêneros tanto femininos quanto masculinos. De acordo com Hirata (2009, p. 62): “aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo, classe. A interseccionalidade é uma proposta para levar em conta as múltiplas fontes da identidade”.

Os estudos da interseccionalidade possui o intuito de combater ações desiguais outras acerca da minoria, também de classe raça/etnia. Sujeitos que carecem que suas lutas por direitos igualitários, também se transforme em causas sociais, sendo estas visibilizadas, obtendo melhorias na sua realidade de vida. Segundo Hirata (2009, p. 69): “a interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política”.

A interseccionalidade dá visibilidade às minorias, a partir desse olhar múltiplo, articulador e dialogal. Diante das experiências e limitações de indivíduos que não tiveram acesso a oportunidades no âmbito social. É por essa visão múltipla, sobre a diversidade e diferenças, que o gênero é pensado de maneira complexa. Segundo Magalhães (2002, p. 189): “hoje, diferentemente do que acontecia há alguns anos atrás, as mulheres são pensadas como sujeitos- numa noção complexa de sujeito”. Essa complexidade rompeu com um conceito do gênero

feminino genérico, impondo às mulheres uma única identidade, e hoje o gênero feminino é entendido como múltiplo.

Os movimentos feministas não intensificaram suas lutas de forma paralela, mas plural, dando início à organização de marchas e formação de grupos diversos. Esses movimentos reivindicam por igualdade, emancipação feminina e conquistas de direitos. Dentre as pautas de lutas, evidenciamos as discussões e posicionamentos políticos acerca da maternidade compulsória.

2.3 As construções sociais sobre o feminismo acerca da maternidade compulsória

A categoria gênero surge a partir dos estudos feministas, questionando os arranjos sociais construídos para homens e mulheres, fundados numa determinação biológica binária. Assim, o gênero passa a ser compreendido como construído socialmente, através dos significados produzidos pelos sujeitos, recebendo influências culturais, geradoras de padrões, valores e normas sociais.

No Brasil colônia, o conhecimento científico nas descobertas e estudos sobre o corpo feminino era limitado, exclusivamente focado na reprodução “madre e útero”. O interesse sobre o corpo feminino não era atribuído à valorização da sexualidade feminina, enquanto desejo, construção cultural, mas no seu disciplinamento.

Reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da madre como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina (DEL PRIORE, 2002, p. 69).

A identidade feminina é construída pela significação remetida a sua sexualidade, representada pela genitália e o útero, naturalizando a noção de procriação. O corpo ou matéria física dos gêneros feminino e masculino estariam atrelados aos aspectos naturais biológicos. No caso do feminino, o condicionamento materno teria uma ligação com uma suposta essência feminina ligada às emoções, sentimentos, e comportamentos “específicos” do ser mulher, vinculados a uma ideia de instinto maternal. Os saberes produzidos sobre o corpo/reprodução constroem para as mulheres uma imagem que coloca o feminino numa condição secundária inferior e regulada.

Neste sentido, em relação à diferença entre os gêneros, é responsável pela ideia de que homens e mulheres seriam dotados de uma natureza própria, determinada pelo seu sexo e envolve aceitação da categoria de subordinação da mulher ao homem, baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo (FREIRE, 2010, p. 42).

A associação do gênero feminino à fertilidade, sujeita a mulher ao espaço privado. A sociedade passa a atribuir esta visão idealizadora do feminino e segregadora de espaços e funções vinculadas ao doméstico. Designando para as mulheres responsabilidades voltadas apenas à rotina domiciliar, cuidados com os filhos, família e lar. Nessa lógica, aos homens é atribuído o espaço público, acesso às funções fora do espaço doméstico e, geralmente, com reconhecimento social, uma vez que as construções de gênero estão relacionadas à classe e também à raça.

O modelo genérico, ou seja, que segrega homens e mulheres é decorrente de uma cultura androcêntrica, centrada no poder masculino, sob a lógica patriarcal, cuja estrutura de poder está centrada na figura masculina, em que o homem é considerado superior à mulher. De acordo com Araújo (2004, p. 37):

Acompanhada dos pais, cercada de irmãos e criadas, nada podia fazer, exceto esperar. Esperar que o belo rapaz fosse bem-intencionado, que tomasse a iniciativa da corte e se comportasse de acordo com as regras da moral e dos bons costumes, sob o indispensável consentimento paterno e aos olhos atentos de uma tia de uma criada de confiança (de seu pai, naturalmente). Esse era estereótipo, o bom modelo, o comportamento que se esperava da sexualidade feminina.

Na época colonial as mulheres eram subordinadas aos pais e maridos. Um contexto sócio-histórico predominado pelo patriarcado. As mulheres não saíam sozinhas, seu comportamento teria que corresponder a ética social com cobranças desde o vestuário, que precisava expressar recato e moral até o desenvolvimento de aptidões consideradas da ordem do feminino, tais como cozinhar, lavar, passar, engomar etc., deviam obediência ao pai e aos irmãos homens e, posteriormente ao marido, com o matrimônio. Antes do casamento, a sexualidade feminina não poderia ser manifestada, coibindo o toque, desejo, havendo as vigilâncias, um tipo de vistoria sobre a moça compromissada.

O gênero feminino é alvo de um modelo de estrutura social que faz da sua sexualidade produto das construções sociais saberes, valores, regras e credences dentro de uma cultura. É por meio dos discursos e estratégias que atua o poder nas relações, os sistemas de significados colaboram porque traz concepções que posiciona o feminino a submissão como também, um

tipo de estratégia para aplicar por via da sexualidade, os adestramentos para as mulheres. De acordo com Araújo (2004, p. 41): “encarnava o emblema perigoso da desordem cósmica, da impureza feminina e da perturbação social ela também carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto”. A igreja com discursos ideológicos colaborava com o acréscimo dos preceitos machistas, intencionados a domar e subestimar o feminino, reforçando as condutas e princípios morais para as mulheres.

A modernidade é um período caracterizado por muitas transformações sociais, inclusive a chegada da revolução industrial, onde o feminino passa a executar tarefas fora do privado, até então, espaço para as mulheres não transitado. Entretanto, cabe para as mesmas ocupações que se assemelham a procriação. A organização do trabalho configura-se na divisão de funções entre o masculino/feminino por uma ótica sexualizada.

Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que se futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número, e a virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e á organização familiar, mas a maneira como cada qual usa seu sexo (FOCAULT, 1988, p. 27-28).

Com o desenvolvimento capitalista, é preciso mão de obra trabalhista, e o feminino faz parte dessa demanda de trabalhadores. No entanto, com a divisão do papel sexual, os jogos de significações predominantes na cultura do patriarcado, tendem a ver a mulher como sujeito social secundarizado. Resultando em relações desiguais. De acordo com Souza et al. (2019, p. 4): “vê-se factualmente que a cultura patriarcal concebeu ao homem a posição de interprete das características dos corpos de mulheres e homens e tal interpretação foi utilizada como delimitadora das potencialidades desses, bem como dos seus papéis socais”. O regime patriarcal normatizava a seu favor, tornando fixa a superioridade masculina. Os sistemas de significados tinham como interpretação a inferioridade feminina. Desta forma, as mulheres permaneciam subalternizadas através de uma cultura imposta.

Foi com os movimentos organizados em prol a conquista de direitos que surgiram os movimentos feministas. As mulheres passam a lutar contra a opressão feminina, indo em busca de igualdade nas relações.

3 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa no campo de gênero possibilita recobrar da história o que foi construído socialmente para os sujeitos humanos, problematizar essas construções e apontar caminhos

outros que alimentem as transformações sociais. Desse modo, optamos pela abordagem qualitativa, sobretudo, porque valoriza o que os sujeitos dizem acerca da realidade.

A abordagem qualitativa oferece ao pesquisador uma maior aproximação com o campo da investigação, ao nos aproximar dos aspectos subjetivos produzidos em sociedade e dar a importância devida à relação entre sujeitos e objeto. Segundo Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A abordagem qualitativa nos ajuda a compreender as construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória, tendo em vista que essa abordagem vai em busca dos sentidos e significados presentes na realidade. A pesquisa qualitativa possibilita revelar o universo dos significados, valores, atitudes e demais aspectos produzidos pela sociedade. A pesquisa ao contemplar o caráter exploratório, contribui para conhecermos mais a fundo sobre o objeto pesquisado, nos atentando a possíveis construções de pesquisadores e pesquisadoras no campo de gênero, que se relacione com a presente temática.

A pesquisa bibliográfica, segundo a fonte de dados, foi utilizada com a intenção de ver o que havia produzido na literatura acerca das construções de gênero e sua relação com a maternidade compulsória. Segundo Gil (2002, p. 8): “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, nos valem do banco de dados do repositório digital da UFPE, Campus do Agreste, porque queríamos descobrir as produções do *Campus* Caruaru sobre gênero e maternidade.

Para analisar os dados utilizamos a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises de comunicações não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

A intenção em saber das produções acerca da maternidade compulsória levou-nos a realizar o estudo exploratório na biblioteca da UFPE/CAA, entre os anos de 2016 e 2021. A

delimitação temporal se deu pelo fato de que, somente a partir do ano de 2016, conseguimos encontrar pesquisas próximas ao nosso objeto. A pesquisa exploratória foi realizada através das palavras-chave: Gênero e Maternidade.

Dentre as pesquisas realizadas no repositório digital da UFPE/CAA, a partir das categorias investigadas, identificamos Trabalhos de Conclusão de Curso, que contribuíram com a nossa pesquisa.

Encontramos 3 trabalhos de Monografia, sendo a Monografia 1: “Quando o professor dos anos iniciais é um homem: Identidade, masculinidades e docência em escolas da Rede Municipal de Caruaru- PE”, de 2017, com discussões sobre as experiências do gênero masculino na docência.

A Monografia 2: “Debates sobre gênero: Olhares acerca do trabalho docente em escolas de ensino fundamental Caruaru- PE” de 2016, sobre a importância em discutir sobre gênero no ambiente educativo.

E a Monografia 3: “O poder de persistência de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPE-CAA”, do ano 2021, que chamou nossa atenção pela proximidade com a nossa temática.

Para a realização da análise, utilizamos a Análise de Conteúdo, como um conjunto de técnicas que nos ajudam a identificar os sentidos e significados presentes nos dados. Dessa forma, os três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) foram analisados em busca de saber das construções de gênero e sua relação com a maternidade compulsória. As pesquisas produzidas pelos autores e autoras, Silva (2017); Bezerra (2016); Assunção (2021), possibilitaram realizar a leitura flutuante e identificar as categorias de análise “Construções de gênero”, “Estereótipos de gênero”, “Maternidade”. Essas categorias estruturam os quadros de análise, com seus respectivos sentidos e significados, que apresentamos a seguir, através da descrição, análise e inferência, conforme sugere Bardin (1977).

O processo de análise das Monografias de conclusão de curso, a partir da leitura flutuante (BARDIN, 1977) dos trabalhos, indicou três categorias de análise, que são: construções de gênero, estereótipos de gênero e maternidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Construções de gênero

A intensão em saber o que a literatura nos diz acerca das construções de gênero e sua relação com a maternidade compulsória possibilitou analisar três Monografias de Graduação em Pedagogia, respectivamente nomeadas de Monografias 1, 2, 3.

A partir da leitura flutuante, identificação das categorias e análise, propriamente dita, podemos compreender que nos três trabalhos há uma crítica aos padrões construídos socialmente, para homens e para mulheres, e todos eles tratam gênero enquanto construções sociais. As pesquisas evidenciam os papéis sociais de gênero, numa perspectiva binária, determinados para o feminino e masculino.

A Monografia 1 nos aponta que essas construções se dão pela compreensão do que é entendido por feminino e masculino, definindo o lugar destes em sociedade. A Monografia 2 ressalta que essa construção se dá pelo processo de feminilização do magistério, espaço destinado, sobretudo ao trabalho das mulheres, devido a uma diversidade de imposições culturais, que acabam desvalorizando a profissão. A Monografia 3 evidencia gênero, enquanto construção social, através da discussão acerca do cuidado atribuído à função das mulheres.

Numa perspectiva de determinismo biológico são atribuídas às mulheres espaços, funções e identidades produzidas socialmente, através de arranjos sociais. O Quadro 1 abaixo ajuda a compreender o sentido e os significados das construções de gênero, abordados nos trabalhos como papel social de gênero.

Quadro 1 - Construções de Gênero

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO	
Monografia 1	PAPEL SOCIAL DE GÊNERO
	Desse modo, o campo da docência [...]. Todavia, se apresenta também enquanto uma construção social, ainda sob um viés arcaico, tendo em vista que se encontra arraigado num pensamento baseado numa lógica colonial, preconceituosa e sexista que opera sob e a partir dos corpos dos sujeitos. Vale salientar que essas relações estão marcadas por desigualdades, pois no imaginário social a representação da professora dos anos iniciais ainda é reduzida à ação de uma mera cuidadora. Atrelado a essa problemática, salientamos o processo de rejeição pela adesão de homens nos anos iniciais, tendo em vista que esse não é considerado um espaço adequado para esses sujeitos, por demandar algumas atividades que são vistas no contexto social enquanto femininas (SILVA, 2017, p. 13- 14).
	PAPEL SOCIAL DE GÊNERO

Monografia 2	Atentando a reprodução dos modelos socialmente concebidos para homens e mulheres na escola, é válido que reflitamos sobre as características biológicas, que acabam sendo legitimadas enquanto propagadoras de diferenças entre estes dois modelos, também estando inclusas aí diferenças sociais e culturais. A exemplo disto, podemos nos referir às escutas que muitos de nós fizemos de nossos pais, avós e demais conhecidos, segundo as quais meninas têm um jeito “correto” de se sentar, ou ainda que meninos não choram, e a velha (e tortuosa) frase de que meninos devem brincar exclusivamente com meninos, e meninas, por sua vez, exclusivamente com meninas. Estas podem parecer frases sem sentido algum, porém, de forma efetiva, é por meio de frases e colocações como essas que legitimamos os lugares de homens e mulheres em nossa sociedade (BEZERRA, 2016, p. 15)
	PAPEL SOCIAL DE GÊNERO
Monografia 3	Desta forma o estigma criado por ser mulher é frequente para todas, pois se trata de uma construção social e as tentativas de romper este pensamento se apresentam sempre frágeis ou insuficientes, à mulher designado principalmente o papel de reproduzir e de cuidar [...]pois as derivações da construção social desigual baseada nas questões de gênero acompanham as mulheres em todos os espaços que estas ocupam, seja no ambiente destinado ao trabalho, a formação educativa ou nos locais da própria sociedade. O ambiente em que se forma é impregnado pelo ideal social planejado e esperado para sua vida desde o seu nascimento, a mulher não consegue despreendendo ser mãe ao adentrar no Ensino Superior, a mulher precisa reinventa-se e ser múltipla em todos os espaços que ocupar, pois estas são as funções que precisa desempenhar, funções que se espera do ser mulher (ASSUNÇÃO, 2021, p. 19).

Na Monografia 1, Silva (2017) também aborda a construção social de gênero, ao tratar dos sentidos atribuídos aos professores homens, que atuam nos anos iniciais. Segundo o autor, esses sentidos são construídos a partir de uma ótica sexualizada e preconceituosa. Silva (2017) evidencia a atribuição da docência nos anos iniciais para as mulheres professoras, problematizando a compreensão estereotipada do cuidado, enquanto determinação de aptidões exclusivas femininas. Nessa lógica, há um “perfil de mulher”, visto com apto a esse fim, ligado aos preceitos do carinho, amor e proteção. De acordo Del Priore (2002, p. 69): “reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc”.

A relação entre determinismo biológico, papéis sociais e identidade feminina gera, portanto, um padrão de mulher que se perpetua ao longo do tempo, atravessando gerações e inculcando nos sujeitos uma ideia universal de mulher e de homem também. Esses modelos, se contrapõem às possibilidades dos sujeitos se conhecerem e se construírem na diversidade humana.

Na Monografia 2 percebe-se a análise realizada por Bezerra (2016) sobre o modelo concebido para o feminino/masculino na escola, enquanto uma reprodução do que foi construído socialmente. Para o autor, as construções de gênero que se dão a partir das diferenças biológicas entre o masculino e o feminino também têm raízes nas produções culturais, perpetuadas entre famílias, sociedade, relações e acabam gerando exclusões e violências.

Com a reprodução da definição binária de gênero (homem/mulher) os sujeitos passam a ter lugares, comportamentos e relações controladas socialmente. Tais compreensões, significados e valores atribuídos socialmente são produzidos e reproduzidos, inclusive, no contexto familiar e ganham força quando são reproduzidos nas interações, inclusive na escola, como afirma o autor. Desta forma, os lugares dos gêneros masculinos/femininos passam a ser determinados pelo biológico, pelo cultural e pelo social. “Deste modo conclui-se que através do gênero são estabelecidos significados para as diferenças corporais a partir de uma interpretação múltipla que envolve um amplo espectro de contextos discursivos” (ANDRADE, 2011, p. 109).

Na Monografia 3, Assunção (2021) aborda as construções sociais de gênero, através da crítica à ideia da mulher apta à reprodução e ao cuidado. Ela mostra que esse ideário, construído para o feminino, pela ótica da maternidade, acaba acompanhando as mulheres em todos os espaços e lugares em sociedade, pois passa a ser designado para o gênero feminino o que foi concebido socialmente enquanto mulher. De acordo com Souza et al. (2019, p. 4):

Vê-se factualmente que a cultura patriarcal concebeu ao homem a posição de interprete das características dos corpos de mulheres e homens e tal interpretação foi utilizada como delimitadora das potencialidades desses, bem como dos seus papéis sociais.

As construções sociais de gênero, apoiam-se, portanto, em uma cultura patriarcal, geradora de desigualdades e exclusões, que passam a dizer o que os sujeitos são, demarcam seus espaços e ações.

Os trabalhos analisados tratam gênero, a partir da perspectiva de construções sociais, que se originam nas significações produzidas pelo determinismo biológico, baseado em compreensões binárias de gênero, validados socialmente ainda hoje. E a partir dessas diferenças, são atribuídos papéis sociais para homens e para mulheres, como, por exemplo, a dimensão do cuidado relegado às mulheres.

Da análise acerca das construções sociais de gênero emerge a categoria “estereótipos de gênero”, presente nos trabalhos analisados.

4.2 Estereótipos de gênero

Os estereótipos dizem dos atributos construídos socialmente para os sujeitos. São padrões identitários que servem de modelos comportamentais, que acabam direcionando a vida das pessoas. Esses padrões também servem como “guias” de controles e vigilâncias sociais.

Nos trabalhos analisados pode-se compreender, sobretudo, nas Monografia 1, 2 que os estereótipos de gênero estão vinculados à heteronormatividade.

A Monografia 1 também evidencia essa lógica heteronormativa, ao problematizar os preconceitos sofridos pelo gênero masculino, através de estereótipos concebidos para os professores homens, baseada em uma definição de feminilidade, que se relaciona ao preconceito quanto à orientação sexual. Vemos, portanto, o quanto as construções sociais de gênero e, decorrentes delas, a produção de estereótipos estão ligadas à sexualidade, numa perspectiva binária (hetero/homo).

A Monografia 2 nos aponta exemplos de situações que reafirmam a presença de rotulações acerca dos pares binários, que determinam padrões sociais para meninos e para meninas, ainda quando crianças.

A Monografia 3, que trata do poder de persistência de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia, aponta a relação entre mulheres e cuidados com a maternidade. Através das construções sociais de gênero, a autora mostra como as mulheres ainda são cobradas a exercer funções domésticas, a maternidade e o cuidado, embasados em atributos “próprios” ao gênero feminino.

Os trabalhos evidenciam como os gêneros masculinos e femininos são representados, numa lógica binária, que se produz a partir de imagens rotuladas e preconcebidas socialmente. A seguir trazemos o Quadro 2 com os sentidos e significados acerca dos estereótipos de gênero, que dizem da heteronormatividade e dos papéis maternos.

Quadro 2 - Estereótipos de Gênero

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO	
	HETERONORMATIVIDADE

Monografia 1	Mediante os relatos dos sujeitos, é perceptível o processo de estereotipação em torno dos professores homens. Assim, para além do processo de rotulação, os mesmos têm sua masculinidade colocada em questão, tendo em vista que ao adentrar esse território sofrem um processo de deslegitimação, sendo concebidos a partir de duas visões distintas ambas subalternas. Na primeira, o professor é enquadrado dentro de um modelo de feminilidade, passando a representar a partir da cultura do patriarcado algo menosprezível, inferior, vergonhoso. A segunda está situada na tentativa de questionar a orientação sexual do sujeito, tratando-o enquanto o homossexual, o gay, o veado, a bicha. Vale destacar, que nessa última categoria o homossexual além de ocupar um lugar subalterno, inferior, sem prestígio social, sua figura também desperta o ódio e repulsa que podem ser percebidos a partir das práticas LGBTfóbicas sofridas pelos mesmos (SILVA, 2017, p. 47).
Monografia 2	<p>HETERONORMATIVIDADE</p> <p>Nosso interesse pela discussão sobre gênero se deu antes mesmo da entrada no âmbito acadêmico, ao nos depararmos com situações bastante peculiares durante as mais diversas vivências escolares que se fizeram presentes em nosso percurso. Os estereótipos que circulavam estas vivências sempre nos despertavam o interesse com relação àquilo que ouvíamos/presenciávamos. “Ah, mas rosa é cor de menina”, “As meninas não podem brincar de carrinho com os meninos”, “Menino não pode chorar e nem brincar de boneca” ou ainda “Meninos não podem sair por aí com grupinhos de meninas” foram algumas das frases que sempre se fizeram presentes nas salas de aula que frequentávamos, e quando as questionávamos, nunca nos eram dadas respostas plausíveis que as justificassem (BEZERRA, 2016, p. 11-12).</p>
Monografia 3	<p>PAPEIS MATEMÁTICOS</p> <p>Nota-se que persiste a ideia de que a mulher nasce e desempenha bem papéis maternos, de ser esposa e dona de seu lar, funções do cuidar, neste sentido os cursos em que as mulheres tinham o direito ou eram consideradas aptas a exercerem a profissão estavam sempre interligados ao sentimento do cuidado, a ideia do instinto materno, do já nascer para desempenhar tal função (ASSUNÇÃO, 2017, p.19).</p>

Fonte: Autoria própria (2022)

A análise que Silva (2017) traz sobre a presença masculina na profissão docente diz da permanência do gênero masculino na profissão, e esta tende a quebrar o paradigma naturalista construído sobre as mulheres estarem vinculadas ao magistério. O autor traz a importância em ressignificar as construções sobre o trabalho com o magistério.

A pesquisa de Bezerra (2016), a partir do estudo sobre o trabalho docente em escolas de ensino fundamental expõe situações no espaço escolar que apresentam estereótipos de gênero, definidores de pares binários, masculinos e femininos. A pesquisa, inclusive, foi motivada pela percepção acerca desses estereótipos, definidores de cores, espaços e brincadeiras para meninos e meninas, dentro de uma lógica essencialista. Nessa lógica:

Ideias que sustentam a manutenção do discurso essencialista sobre as diferenças entre homens e mulheres ganham força na medida em que são estabelecidas relações entre a dita natureza feminina e masculina com os aspectos biológicos que supostamente determinam inclusive comportamentos (ANDRADE, 2011, p. 100).

As ideias norteadoras sobre o feminino e o masculino, fundadas nos discursos acerca da natureza biológica dos gêneros masculino/feminino passam a ser reproduzidos nos espaços sociais, que acabam legitimando os estereótipos.

A escola enquanto espaço educativo e que lida com a diversidade de sujeitos, envolve relações nas quais se cruzam saberes, valores familiares, também visões novas entre os indivíduos, a partir das interações e comunicações. Desse modo, há possibilidades de ressignificações das construções de gênero e dos estereótipos.

Já na Monografia 3, percebe-se, que Assunção (2017) enfatiza como estereótipos femininos os papéis ligados à maternidade: esposa, doméstica e cuidadora. A autora conceitua que no social, os papéis das mulheres estariam atrelados a sua natureza biológica. Segundo Louro (2004, p. 14): “o gênero se constitui com ou sobre os corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”. Os significados construídos acerca do feminino, vinculados ao corpo biológico, definem para as mulheres suas atividades e funções em sociedade. A partir das características entendidas enquanto femininas.

As três Monografias destacam os estereótipos de gênero, enquanto modelo/padrão a ser seguido, que geram preconceitos, discriminações e polarizações. Percebemos, portanto, que os trabalhos fazem a denúncia desses padrões, sobretudo, nos espaços e campo da educação. Embora sinalizem para a necessidade e possibilidade de resistências e desconstruções desses modelos.

As construções e os estereótipos de gênero, trabalhados a partir das Monografias, nos levam a abordar o foco do nosso trabalho, que é a maternidade, sobretudo, a maternidade compulsória.

4.3 Maternidade compulsória

Conforme abordamos anteriormente, entendemos por maternidade compulsória, a determinação social, imposta às mulheres, em possuir e desenvolver uma natureza, instinto e habilidades maternas, “próprias” do gênero. Essa imposição destitui das mulheres a condição

e o direito de produzirem-se, enquanto sujeitos plurais, que podem gerenciar os seus corpos, desejos e existências. O estudo exploratório revelou que não há trabalhos no repositório da UFPE/CAA sobre a maternidade compulsória.

Nos trabalhos analisados, a categoria “maternidade compulsória” não aparece no conteúdo explícito, entretanto, ao tratar das “construções sociais” e dos “estereótipos de gênero”, identificamos o conteúdo latente presente nos trabalhos. Construções acerca do feminino por sua natureza biológica, que resulta em papéis e estereótipos maternais concebidos para o gênero feminino. Estes, condicionados a figura da mulher enquanto um padrão feminino. Logo, este deverá ser seguido por todas às mulheres.

A Monografia 3, por estar mais próxima do nosso objeto, define enquanto maternidade uma imposição social, que vê o gênero feminino como sujeito exclusivo para a aptidão materna. Dessa forma, a maternidade é entendida pela autora como uma multiplicidade de funções decorrentes do ser mãe. O Quadro 3 a seguir mostra os sentidos e significados presentes acerca da maternidade.

Quadro 3 - Maternidade

MATERNIDADE	
Monografia 1	
Monografia 2	
Monografia 3	MÚLTIPLAS FUNÇÕES FEMININAS
	Por isto ao se investir em educação pode-se dizer que se investe no ponto de partida para a superação dos preconceitos e processo de submissão aos quais as mulheres sempre foram impostas. Porém a mulher que ocupa uma vaga no Ensino Superior não abandona o seu ser mãe por tornar-se Universitária, esta carrega em si as tarefas múltiplas que derivam do desempenhar diversas funções (ASSUNÇÃO, 2021, p. 19).

Fonte: Autoria própria (2022)

Podemos perceber a partir da análise realizada da Monografia 3, que compreende por maternidade uma série de demandas esperadas para o gênero feminino acerca das várias funções

decorrentes do ser mãe. O trabalho revela que, apesar de as mulheres acessarem a Educação Superior, não deixam de vivenciar a maternidade, enquanto o “seu ser mãe”, desempenhando uma multiplicidade de funções.

Segundo Souza et al. (2019, p. 2): “o exercício da maternidade apresenta-se então como umas das principais funções da mulher”. Embora acessem outros espaços, a maternidade é assumida como função principal. Isso nos leva a refletir, por exemplo, acerca da sobrecarga física e psicológica que as mulheres abarcam; sobre a ausência dos homens nos cuidados com os filhos, na divisão de tarefas domésticas, etc.

Ao refletirmos acerca dessas cobranças para as mulheres, podemos fazer problematizações acerca de uma maternidade que se torna obrigatória para o feminino. No entanto, a partir das ressignificações de gênero podemos questionar sobre as múltiplas identidades que desencadeiam novas reconfigurações acerca do gênero.

A perspectiva interseccional de gênero (HIRATA, 2009) possibilita compreendermos as estruturas desiguais de poder, que visam prender as mulheres a um padrão universal de ser mulher, ligado à ideia de maternidade compulsória. A interseccionalidade revela os atravessamentos de gênero, classe e raça, que dizem de mulheres plurais, com condições, desejos e realidades diversas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre as construções sociais sobre o gênero feminino e sua relação com a maternidade compulsória revela que os trabalhos estão assentados na compreensão de gênero como construção social. Essa compreensão indica que os estudos trazem compreensão crítica da realidade, ainda baseada em papéis sociais pré-determinados para homens e mulheres, e servem de denúncia dos padrões e estereótipos de gênero.

Os trabalhos evidenciam que as construções de gênero estão apoiadas no determinismo biológico, que acabam designando padrões binários para o masculino e para o feminino em sociedade. Assim, os sujeitos humanos sofrem discriminações, preconceitos e violências, decorrentes dos padrões e estereótipos de gênero.

Para as mulheres, as cobranças e vigilâncias sociais estão, sobretudo, ligadas a um padrão biológico e social, que dizem de um papel social feminino, de maternidade e de cuidado. Diante desse exposto, sua relação com a maternidade compulsória se dá pelas significações oriundas acerca do viés materno, tomando-as para as mulheres, como uma imposição social.

As Monografias analisadas mostram que, embora as construções de gênero estejam assentadas em pares binários, que definem, inclusive, “heteronormatividade” e “papeis maternos”, há movimentos de resistências, quando os sujeitos desafiam os padrões, espaços e papeis determinados e desempenham funções “adversas” ao esperado. As abordagens plurais de gênero e a interseccionalidade possibilitam reflexões mais abertas, fluidas e propositivas.

A partir das reconfigurações de gênero, a imposição da maternidade passa a ser questionada, neste sentido, a maternidade compulsória não é mais pensada como determinante para as mulheres. Pois, com a ressignificação do gênero, as mulheres não se sentem na obrigação de se tornarem mães. O legado que nos é deixado pela luta feminista, fez o feminino superar o determinismo biológico. Com isso, nem toda mulher que nasce com o útero está predeterminada a gerar um filho, até porque, nem toda mulher já nasce com útero. Existem também outras maneiras de fazer a maternidade acontecer e não apenas as mulheres cisgênero têm direito à maternidade.

A pesquisa agrega enquanto pesquisadora a importância em discutir sobre as construções de gênero a partir de uma diversidade de possibilidades identitárias. Sobretudo, acerca do gênero feminino, no que diz respeito a uma maternidade compulsória.

As futuras pesquisas acerca de gênero e acerca da maternidade compulsória podem seguir na perspectiva de trabalhar diretamente com as mulheres. O campo da maternidade compulsória no que diz respeito ao gênero, precisa de investigações que ouçam as mulheres de fato, as que possuem útero e as que não o possuem.

Infelizmente estamos em um cenário político ligado por polarizações. Mas, as discussões acerca de uma maternidade compulsória trazida em nossa pesquisa não podem ser entendidas como uma luta política contra a maternidade, mas como reflexão que movimenta papéis impostos por questões de gênero, através dos elementos sobre a maternidade. A pesquisa enfatiza a urgência e a emergência das discussões sobre gênero na atualidade, com produções de futuras pesquisas em torno dessas categorias: construções de gênero, estereótipos de gênero e maternidade compulsória.

Com a pluralização da categoria gênero, se abriu espaço para as diversas identidades femininas. Portanto, as ideias maternas, apoiadas no determinismo biológico, que impõem um padrão de corpo feminino passam a ser compreendidas fora de uma construção universal, e provocadas por relações culturais que permeiam a diversidade e as diferenças.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, F.L **Determinismo Biológico e Questões de Gênero no contexto do ensino de Biologia: Representações e práticas de Docentes do Ensino Médio**. Tese de Mestrado. UFB. Salvador BA, 2011.
- ARAÚJO, E. A Arte de sedução sexualidade feminina na colônia. *In.*: **História das mulheres no Brasil**. Or. PRIORE, M.D. ed 7, São Paulo: ed. Contexto, Cap 2. 2004. Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. pdf.
- ASSUNÇÃO, M.L.M. **O poder de persistência de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPE-CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar**.2021. <https://repositorio.u.br/handle/123456789/42741>
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed 70. 1977.
- BENTO, B. **Homem não tece a dor queixas e perplexidades masculinas**.ed.2. Natal-R N editora UFRN. EDUFRN, 2015.
- BEZERRA, A. M.N. Debates sobre gênero: **Olhares acerca do trabalho docente em escolas de ensino fundamental**. **Monografia** UFPE, Caruaru, 2016. Disponível em: <https://repositorio.u.br/handle/123456789/42741>. Acesso 09 nov. de 2021.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade. *In.*: **A Vontade de Saber**, tradução de Maria 2004. Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Pdf.
- FREIRE, E. C. **O currículo e suas implicações nas relações sociais de gênero entre Estudantes do ensino Fundamental da Rede Municipal de ensino do Recife PE**. Tese de doutorado UFPE. 2010.
- GIL, A.C. **Como elaborar Projeto de Pesquisa**- 4, ed- São Paulo. Atlas, 2002.
- LOURO, G. L. Gênero. **Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis. Rj. 6º ed. Vozes. 1997. Pdf.
- MAGALHÃES, M. J. Em torno da definição do conceito de agência Feminista. **Revista Exaequo** nº 7, 2002, pp. 189-198. Disponível em: <https://exaequo.apemhttps://exaequo.apem-estudos.org/artigo/em-torno-da-definicao-do-conceito-de-agencia-feministaestudos.org/artigo/em-torno-da-definicao-do-conceito-de-agencia-feminista>. Acesso 09 nov. de 2021.
- MINAYO, M C.S. O Desafio da Pesquisa Social. *In.*: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Org. MINAYO. M.C.S. editora vozes, Petrópolis- RJ. Ed. 28º, 2009.

OLIVEIRA. R. R. RB. P, SILVINO. D. M. O movimento social feminista e autonomia das mulheres. **ENPGSSXVI**, UFES Vitória- Es. 2018.pdf.

PRIORE, M.D. Magia e medicina na colônia: O corpo feminino. *In.*: **História das mulheres no Brasil**. Or. PRIORE. M. D. ed 7, São Paulo: ed. Contexto, Cap 3. 2004. Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998. pdf

SANTOS. M.C. G. **As contribuições do currículo da formação para a prática pedagógica docente com gênero e sexualidade na educação básica**. Tese de doutorado UFPE. Recife 2016. Docente com gênero e sexualidade na educação básica. Tese de doutorado UFPE. Recife 2016.

SILVA. M. A. “Quando **o professor dos anos iniciais é um homem**”: Identidade, masculinidades e docência em escolas da Rede Municipal de Caruaru- PE. Monografia UFPE, Caruaru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.u.br/handle/123456789/42741>. Acesso 09 nov. de 2021.

SOUZA. A.S et al. Maternidade Compulsória: Implicações na vida da mulher contemporânea. **17º Congresso de iniciação científica da FASB**, Barreiros- BA, 2019

SCAVONE, L.A. **A Maternidade e o Feminismo**: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Páger. Pg. 137-150-2001. Pdf.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. V25, n2, Jul/1995. P 71-80.

KELLY DE LEMOS

**AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS SOBRE O GÊNERO FEMININO E SUA RELAÇÃO
COM A MATERNIDADE COMPULSÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em pedagogia.

Aprovado em: 01/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Maria do Carmo Gonçalo Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ana Maria de Barros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Ms. Roberta de Granville Barboza (Examinador Externo)
Universidade de Pernambuco